



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
Reitoria
Coordenação Geral de Compras

Termo de Referência
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2022
Processo Administrativo nº 23188.000428.2022-21

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de **Eletroeletrônicos para a sala de reunião da Reitoria**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	<u>Caixa de Som 6" Passiva Branca</u> _ Unidade de fornecimento: Par; Potência: 140W; Impedância: 8 Ohms; Auto Falante 6"+Tweeter Mylar 1"; Resposta de Frequência: 50Hz -20KHz; Sensibilidade: 91db; Dimensões aproximadas do produto (A x L x C): 29 x 20 x 17; Garantia : 12 meses.	385361	unidade	04	1.699,50	6.798,00
2	<u>Mesa de som Stereo</u> - Unidade de Fornecimento: Unidade; Quantidade de canais: 20 canais mono com entradas; balanceadas e de linha P-10; Processador de efeitos com tela de LCD; Equalizador gráfico de 7 bandas; Entrada USB com display digital; +48v phantom power divididos em blocos de 1-10 e de 11-20; Equalização de 3 vias (grave, médio e agudo) por canal; Leds indicadores de pico; 2 auxiliares send; Gravação direta via USB; Garantia : 12 meses.	342452	unidade	01	3.832,47	3.832,47
3	<u>Amplificador de Potência 1100W</u> _ _Unidade de Fornecimento: Unidade; Potência: 2x 550W RMS a 4 O estéreo / 2x 400W RMS a 8 O estéreo / 1100W RMS a 8 O em ponte; Sensibilidade de entrada e impedância: 0,77 v; Saída de alta potência de 5000 Watt IPP para alto-falantes profissionais sem recorte; Fluxo de ar de frente para trás e ventilador de arrefecimento para estabilidade térmica e confiabilidade; XLR e ¼ (6,5 mm					

	Jack) balanceados; Ponte estéreo e mono; Ventilador de velocidade variável para baixo ruído; Indicadores abrangentes do painel frontal, incluindo sinal, clipe, proteção e ponte 3 saídas Speakon para canais A / B / Bridge; Saídas de canal plugue de banana de 5 vias de ligação; Interruptor de controle de ponte; Proteção de saída DC e proteção contra curto-circuito; Resposta de frequência 10Hz "50kHz a 1,5 dB; Interruptor de elevação de solo; Distorção Harmônica Total: Menos de 0.1%; Sinal para Ruído (20 Hz "20 kHz)> 100 dB; Garantia : 12 meses.	470930	unidade	01	2.231,75	2.231,75
4	<u>Chaveador-Distribuidor 2X8 HDMI 2K/4K</u> - Unidade de Fornecimento: Unidade; Hardware para distribuição de sinal digital; Duas entradas de sinal, para conectar aparelhos diferentes, os dispositivos conectado em uma entrada libera o sinal para oito dispositivos compatíveis com o padrão HDMI; Garantia : 12 meses.	7050	unidade	01	799,00	799,00
5	<u>Smart TV 43"</u> -Tamanho da tela: 43 Polegadas; Resolução: Full HD; Tecnologia da tela: LED; Taxa de atualização: 60 Hz; Formato da tela: Plana; HDR: Não; Potência de áudio total (RMS): 16 W; Entrada HDMI: 3; Entrada USB: 1; Saída digital óptica: Sim; LAN RJ45: Sim; Bluetooth: Sim; Wi-Fi: Sim; Comando de voz: Não; Função timer: Sim; Controle remoto: Sim; Inmetro: Sim; Garantia : 12 meses.	479242	unidade	02	2.899,15	5.798,30
6	<u>Smart TV 75"</u> - Visor LED Ultra HD 4K; Resolução de imagem: 3840x2160; Prop. da imagem: 16:9;Resoluções de imagem compatíveis, Entradas do PC em todos os HDMI até 4K UHD 3840 x 2160 a 60 Hz; Compatível com HDR, HDR10/HLG; Entradas de vídeo em todos os HDMI até 4K UHD 3840 x 2160 a 60 Hz, Compatível com HDR, HDR10/HLG (Hybrid Log Gamma), HDR10+/Dolby Vision Sistema operacional Android TV; Tamanho da memória (Flash) 8 GB; Ajustes do formato da tela: Advance - Shift, Básico - Preencher a tela, Ajustar à tela, Aplicar zoom, esticar, Widescreen. Garantia: 12 meses.	486188	unidade	01	6.506,50	6.506,50
7	<u>Monitor 23"</u> - Cor: Preto; Tamanho da Tela: 1920 x 1080; Alto-Falantes: Sim (2W x 2); Gamer: Não; Resolução da Tela: Full hd; Conexões: 1x vga, 1x hdmi, 1x DisplayPort, 1x Entrada de áudio,					

	<p>1x Saída de áudio, 1x Entrada de Sincronismo; Recursos: Compatibilidade: Windows, mac, Linux Plug & Play: ddc/ci, Mac os x, sRGB, Windows 10 / 8.1 / 8 / 7 Função osd (On Screen Display): Sim - Português e outros idiomas Conteúdo da Embalagem: Cabo de força; Cabo HDMI; Certificado de garantia Base; Monitor; Especificações Técnicas: Bordas: Bordas Ultrafinas; Proporção de tela: 16:9 Iluminação do painel: w-led Resolução / Resolução máxima recomendada: 1920 x 1080 @ 75 Hz (full hd); Tipo de painel: Antirreflexivo; Frequência de varredura: 30 - 83 kHz (h) / 56 - 76 Hz (v) Taxa de atualização: 75 Hz; Tempo de resposta: 4 ms; Suporte de cores: Maior que 16 Milhões; Garantia : 12 meses;</p>	483824	unidade	02	1.209,51	2.419,02
8	<p><u>Base para microfone com Microfone tipo Gooseneck</u> - Faixa de ajuste de ganho entre -25dB até +15dB (em passos de 1dB); Nível máximo de entrada (ganho em -16dB) de -9 dBV; Antena interna para comunicação com central via Wireless, com diversidade espacial, polarização linear; Bateria recarregável de íons de lítio, com duração da bateria de pelo menos 9 horas; Deve ser compatível com cápsulas de diferentes padrões polares; Comprimento da haste gooseneck de 38cm com dois pontos de flexão; Dimensões de 36×71×124mm; Deve possuir cor preta;</p>	456779	unidade	15	7.451,79	111.776,85
9	<p><u>Estação de carregamento para Base</u> - Deve possuir tempo de carga, tal que para 50% = 1 hora 100% = 2 horas; Deve possuir interface de rede do tipo RJ45: 10/100 Mbps Ethernet para; Sincronização do sistema; Deve possuir alimentação elétrica de 15 V DC @ 3.3 A máximo; Deve possuir Dimensões de: 8 baías: 68×343×184mm; 4 baías: 68×191×184mm; 2 baías: 48×102×154mm;</p>	457423	unidade	04	18.153,56	72.614,24
10	<p><u>Gerenciador de áudio Mixer-Processador Digital de Sinais</u> - Conexões de áudio analógico com: 2 Input e 2 Output (balanceado, block 3 pinos); 1 Input e 1 Output (desbalanc., 3,5mm/TRRS); Conexões de áudio digital USB com 1 Input e 1 Output USB (USB 2.0, Type B); Conexões de áudio digital DANTE com 10</p>					

	canais de entrada e 2 canais de saída; Tipo de conector de rede RJ45; Compatível com protocolo AES67; Alimentação elétrica do tipo PoE Plus 802.3 at Type 2, Class 4; Consumo de energia de 17,5W (máximo); Peso de 1,710kg; Dimensões de 4x21x22,6mm; Resposta em frequência entre 20Hz a 20.000Hz (+1, -1,5dB); Taxa de amostragem (DANTE/USB) de 48kHz / 44,1kHz; Resolução (DANTE/USB) de 24 bits / 16 ou 24 bits; Faixa dinâmica A/D (20Hz até 20kHz, ponderação A - típ.) de pelo menos 113dB (block) e 99dB (3,5mm/TRRS); Faixa dinâmica D/A (20Hz até 20kHz, ponderação A - típ.) de pelo menos 117dB (block) e 90dB (3,5mm/TRRS);	486680	unidade	02	21.210,11	42.420,22
11	<u>Antena Transceptora - Ponto de Acesso sem fio</u> - Interface gráfica de usuário com acesso via navegador web para configuração avançada das configurações do sistema; Interface de rede com RJ45: Ethernet Gigabit; Comunicação via protocolo digital Dante & AES67; Requisitos de alimentação elétrica: tipo PoE Classe 0, 6,5W; Deve possuir tipo de antena Interna, diversidade espacial, polarização linear; Deve possuir dimensões de 24x170x170mm; Deve possuir capacidade de canais com opções de modelos com até 2, 4 ou 8 canais;	393277	unidade	02	37.358,87	74.717,74
12	<u>Projetor Multimídia de Longo Alcance</u> -Voltagem: 110/120 V; Modo de projeção: Montagem frontal / traseira / teto; Resolução: ±1200; Resolução na tela:640 x480, 800 x 600, 1280 x1024, 1400 x 1050; Luminosidade: 5.000 lumens; Interfaces: 2x HDMI; Tipo: Digital e portátil. Temperatura de uso: 0 ° a 45 °C; Segurança: Orifício para cabo de segurança, trava Kensington; Tipo: Zoom óptico (manual) / Foco (manual); Distância Focal: 20,0 mm - 31,8 mm; Razão de zoom: Zoom óptico 1 - 1,6x; Alcance do Throw-Ratio:1.35 - 2.20; Deslocamento da lente: vertical: ± 50%; horizontal: ± 20%; Tampa da lente: Tampa da lente; Garantia: 12 meses.	401958	unidade	02	2.844,38	5.688,76
VALOR TOTAL ESTIMADO EM R\$						335.602,85

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de emissão do empenho, não será prorrogável na forma do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens à CONTRATADA., em remessa única ou parcelada, no seguinte endereço Avenida Senador Filinto Müller, 953, bairro Quilombo, Cuiabá - MT. CEP: 78043-400.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas

no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas.

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

15.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 dias corridos, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

15.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

15.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

15.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

15.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

16.1.5. cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 dias;

(2) compensatória de 5% cinco por cento sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4 As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.8 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.11 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.12 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.13 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

17.3.1.1.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, que a proponente já forneceu materiais compatíveis com o objeto da presente licitação.

17.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4.1. Valor Global: R\$ 335.602,85 (trezentos e trinta e cinco mil seiscentos e dois reais e oitenta e cinco centavos).

17.4.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

17.4.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 335.602,85 (trezentos e trinta e cinco mil seiscentos e dois reais e oitenta e cinco centavos).

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Integra como anexo deste Termo de referência o Estudo Técnico Preliminar.

Município de Cuiabá, 11 de abril de 2023.

Paulo Cesar Ferreira de Moraes

Coordenador Geral de Compras

Portaria IFMT Nº 1388/2021 de 28 de junho de 2021

Bruno Neves de Campos

Técnico em Eletrotécnica

Siape 3162651

Aprovo o presente Termo de Referência e Autorizo a continuidade do processo licitatório.

Julio César dos Santos

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT

Decreto Presidencial de 31 de março de 2021.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Cesar Ferreira de Moraes, COORDENADOR(A) - FG0001 - RTR-COM**, em 11/04/2023 14:47:19.
- **Bruno Neves de Campos, TECNICO EM ELETROTECNICA**, em 11/04/2023 14:48:15.
- **Julio Cesar dos Santos, REITOR(A) - CD0001 - RTR**, em 11/04/2023 14:50:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/04/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 505229

Código de Autenticação: 3cd46aaf15



TERMO Nº 20/2023 - RTR-COM/RTR-DAC/RTR-DADM/RTR-PROAD/RTR/IFMT